



**Visão Geral do Relatório sobre o
Desenvolvimento do Café da OIC de 2020**

Antecedentes

Com seus cumprimentos, o Diretor-Executivo tem o prazer de distribuir aos Membros da OIC a "Visão Geral" do Relatório sobre o Desenvolvimento do Café (RDC) da OIC de 2020. Trata-se do segundo número da publicação econômica emblemática da OIC, este ano intitulada *“O Valor do Café: Sustentabilidade, Inclusividade e Resiliência da Cadeia Global de Valor do Café”*.

O Relatório deste ano apresenta conhecimentos sobre a cadeia global de valor do café (CGV-C) fundados em análise empírica sólida. Ele leva em conta, apenas, a dimensão de comércio internacional e não cobre a cadeia local de valor e os padrões locais de consumo.

O Relatório completo foi lançado em 28 de janeiro de 2021. Ele será seguido por um a roadshow que incluirá apresentações sobre as principais mensagens dos países Membros em instituições de desenvolvimento e fóruns políticos, com o propósito de mobilizar recursos e apoio para a implementação das principais recomendações.

O RDC de 2020 fortalecerá o papel da Organização como fonte central e neutra de dados e análises referentes ao café, além de estabelecer a agenda para o debate global de questões relacionadas ao desenvolvimento do setor cafeeiro. O RDC atende ao mandato da OIC de constituir uma fonte fulcral de informações sobre o setor cafeeiro, dando maior transparência ao mercado, como o Acordo Internacional do Café de 2007 determina e o atual Plano de Ação Quinquenal para 2017-2021 reitera.

A íntegra do Relatório sobre o Desenvolvimento do Café de 2020 só está disponível em inglês. Cópias impressas podem ser compradas [online aqui](#) e cópias eletrônicas podem ser obtidas gratuitamente por [download aqui](#).



O VALOR DO CAFÉ

Sustentabilidade, Inclusividade e Resiliência da Cadeia Global de Valor do Café

VISÃO GERAL

2020
Relatório sobre o Desenvolvimento do CAFÉ

2020
COFFEE
DEVELOPMENT REPORT

Uma publicação produzida com o apoio do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha, através da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

COM APOIO DO



Federal Ministry
for Economic Cooperation
and Development

IMPLEMENTAÇÃO PELA

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

ÍNDICE

Agradecimentos	ii
Abreviaturas	iii
Visão geral	1
0.1. Objetivos e estrutura do Relatório	1
0.2. Como determinar o valor do café?	2
Box 0.1. Melhoramentos na CGV-C	3
Box 0.2. Preços e valores unitários do café	4
0.3. Principais constatações	5
0.4. Principais áreas de ação para alcançar um crescimento sustentável, inclusivo e resiliente da CGV-C	11
Bibliografia	13

AGRADECIMENTOS

O Relatório sobre o Desenvolvimento do Café de 2020 foi preparado por uma equipe da OIC liderada por José Sette, Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café (OIC), sob orientação geral de Gerardo Pataconi, Chefe de Operações, que também supervisionou sua conceptualização, elaboração, editoração e publicação. Christoph Saenger, Economista Sênior da OIC, liderou o design, desenvolvimento e redação de todo o Relatório, juntamente com Cansin Arslan, Economista da OIC. Carmen Steinmetz prestou excelente assistência na pesquisa.

O Relatório se baseia nos esforços, conhecimentos e habilidades da equipe, com fundamento nos dados oficiais e na perícia da OIC, e incorpora aportes, comentários e sugestões apresentados por uma série de especialistas e instituições.

A Parte II, Seção A, se baseia em um relatório de pesquisa de Dennis Gorlich, Aoife Hanley, Wan-Hsin Liu e Finn Ole Semrau, pesquisadores do Instituto de Economia Mundial de Kiel (IfW Kiel), que, analisando todo o relatório, fizeram contribuições válidas. O relatório de pesquisa foi possibilitado pelo Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha, ao qual a OIC deseja externar sinceros agradecimentos e gratidão. Todas as opiniões expressadas no estudo são de responsabilidade exclusiva dos autores, não devendo ser atribuídas a nenhuma outra pessoa ou instituição.

Uma contribuição substancial à Parte II da Seção C também foi feita por Rocco Macchiavello, Professor Associado de Gestão da London School of Economics, que forneceu aportes essenciais. A Parte II se beneficiou, igualmente, de dados coletados a nível agrícola na região oriental de Uganda pelo projeto "Plataforma de inovações na cadeia de valor para segurança alimentar", como parte do trabalho do Grupo de Treinamento em Pesquisa sobre Alimentos Globais da Universidade Georg-August, de Göttingen, Alemanha.

A Parte III foi elaborada por Rebecca Pandolph, Chefe da Seção de Estatística da OIC, com aportes analíticos do Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares (IFPRI).

Metodologias, estudos de caso e experiências que também beneficiaram o Relatório estão refletidos nos boxes de texto fornecidos por Christophe Alliot, do Bureau de Avaliação de Impactos Sociais para Informação dos Cidadãos (BASIC); Claudio Dordi, Professor Associado de Direito Internacional da Universidade Bocconi; Daniele Giovannucci, do Comitê de Avaliação de Sustentabilidade (COSA); e Frank Hartwick, da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI).

Aportes adicionais foram recebidos através de entrevistas com especialistas, e a equipe deseja agradecer, em particular, a Giacomo Celi, do Grupo Mercon de Café, por sua contribuição valiosa.

A equipe também reconhece as valiosas contribuições de funcionários da OIC como Denis Seudieu, Economista-Chefe; Nikita Sisaudia, Estatística; e Marcela Umana, ex-Economista da Organização, pelos dados e análises que proporcionaram; assim como Rena Gashumba, Oficial de Secretaria e Comunicações, que coordenou a publicação do Relatório, juntamente com Mirella Glass, Coordenadora de Tradução e Documentos.

A Blackwood Creative Ltd prestou apoio de produção em matéria de linguagem, estilo e estrutura do Relatório, Andy Ritchie, Jez Webb e Daniel Nutter tendo sido responsáveis pelo design e o layout, e Caspar van Vark pela editoração e leitura de provas.

Um agradecimento especial é devido a Petra Zentay, que criou as ilustrações inspiradoras da capa e contracapa do Relatório.

Pedimos desculpas a pessoas ou organizações que tenham sido inadvertidamente omitidas desta lista e expressamos nossa gratidão a todos que contribuíram para este Relatório, incluindo aqueles cujos nomes podem não aparecer aqui. Também agradecemos a nossas famílias e amigos, que nos apoiaram em nossos esforços.

A equipe reconhece o trabalho árduo tanto dos cafeicultores e suas famílias quanto de outros participantes do mundo do café, que inspiraram e motivaram o preparo deste Relatório. A todos, e sobretudo aos participantes da cadeia global de valor do café, incluindo todos que amam o café, desejamos uma recuperação rápida e segura da pandemia da covid-19 e o sucesso de uma vida próspera e feliz.

ABREVIATURAS

BASIC	Bureau de Avaliação de Impactos Sociais para Informação dos Cidadãos	IED	Investimento estrangeiro direto
BMZ	Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha	IFPRI	Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares
BERD	Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento	IfW	Kiel Institut für Weltwirtschaft (Instituto de Economia Mundial de Kiel)
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
BPAs	Boas práticas agrícolas	OIC	Organização Internacional do Café
CBI	Centro de Promoção das Importações dos Países em Desenvolvimento	OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos
CCI	Centro de Comércio Internacional	ODSs	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CGV	Cadeia global de valor	OIT	Organização Internacional do Trabalho
COSA	Comitê de Avaliação de Sustentabilidade	OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
CIC	Conselho Internacional do Café	OMC	Organização Mundial do Comércio
DCS	Desafio do Café Sustentável	ONUUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
ELCs	Estações de lavagem de café	PGC	Plataforma Global do Café
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação	PIB	Produto Interno Bruto
FCPB	Fundo Comum para os Produtos Básicos	PVSS	Padrões Voluntários de Sustentabilidade
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH	SCA	Specialty Coffee Association
GHS	Segurança da Saúde Global	UE	União Europeia
FNC	Federação Nacional dos Cafeicultores da Colômbia	UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
GVC-C	Cadeia global de valor do café	USD	Dólar dos Estados Unidos
IDH	Initiatief Duurzame Handel (IDH Iniciativa de Comércio Sustentável)		

PARTE I

VISÃO GERAL

0.1. Objetivos e estrutura do Relatório

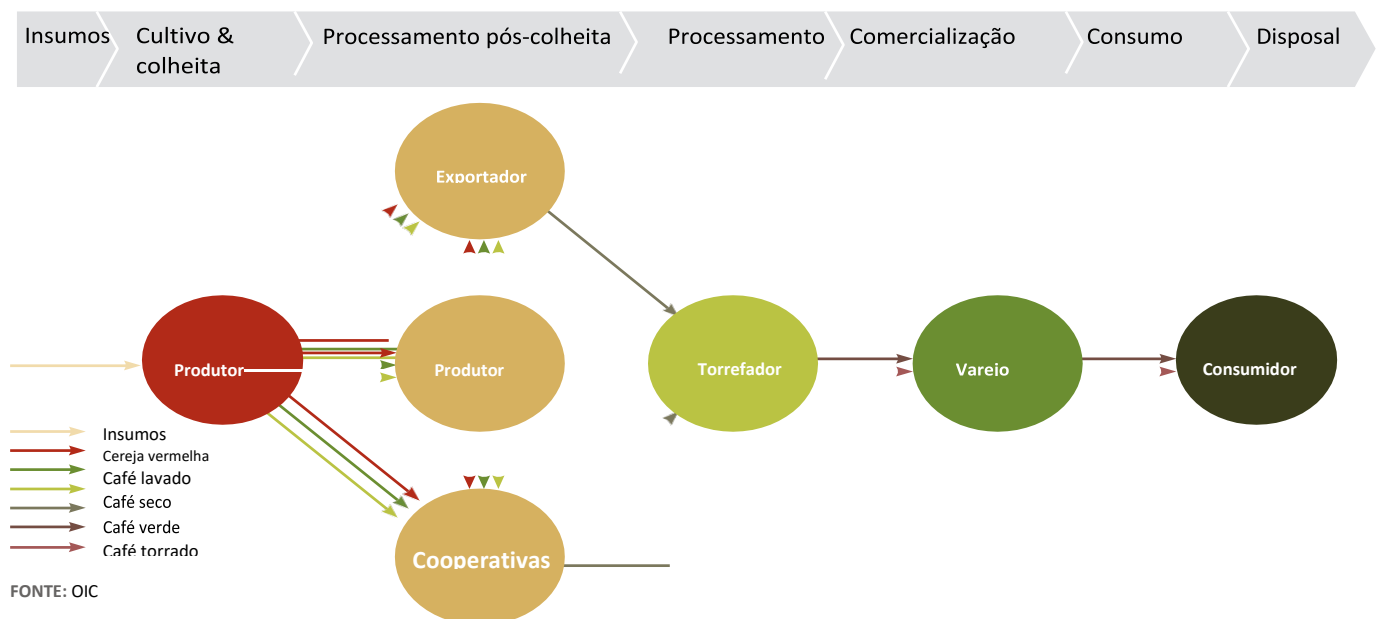
Esta visão geral mostra os pontos altos do Relatório sobre o Desenvolvimento do Café de 2020 (RDC2020). O Relatório completo analisa o setor cafeeiro pelo prisma das cadeias globais de valor (CGVs). Ele permite compreender a cadeia global de valor do café (CGV-C) com base em análise empírica sólida. Ele só considera a dimensão do comércio internacional, não cobrindo a cadeia de valor e os padrões de consumo em termos locais. Ele se inspira na publicação seminal do Banco Mundial "Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2020: O comércio para o desenvolvimento na era das cadeias globais de valor" e visa a complementar esse documento, com foco específico no setor cafeeiro. Os enfoques conceitual e analítico do Banco Mundial são aplicados ao setor cafeeiro, aprofundando a compreensão de como a participação das CGVs afeta os meios de subsistência dos cafeicultores em países de média e baixa renda. Este Relatório sobre o Desenvolvimento do Café estende estudos anteriores sobre a geração de valor no setor cafeeiro global (por ex., Samper et al., 2017; OIC, 2019a), bem como análises da cadeia de valor do café a nível nacional.

Este Relatório se baseia no vasto corpo de pesquisa e evidência sobre a CGV construído em anos recentes e inclui as constatações de novos trabalhos analíticos. Enquadrando o setor cafeeiro na CGV, ele ultrapassa a dicotomia entre países

exportadores e importadores, para oferecer um panorama mais preciso da complexa nova realidade do comércio internacional de café. Com base em 30 anos de estatísticas a nível de países, dados a nível da lavoura e estudos de caso, os autores puderam conceptualizar e projetar como a evolução da CGV-C pode afetar os produtores e contribuir para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs).

Especial ênfase é dada ao impacto das iniciativas de aquisição pelos compradores (programas de firmas multinacionais ou, em menor escala, do segmento dos cafés especiais) sobre os cafeicultores nos países produtores, porque iniciativas desse tipo representam uma epítome das operações que, ao longo da cadeia, abrangem relações integradas. Outra razão para pôr em foco essas iniciativas é que existe disponibilidade de dados e capacidade para avaliar seus efeitos. Mesmo sendo bem sucedidas, elas não são uma panaceia para as dificuldades das partes interessadas. Em particular, pode-se considerar que elas ainda ocupam nichos e, por isso, são limitadas tanto no número de produtores com quem trabalham quanto na influência que exercem na governança e equilíbrio de poder dentro da CGV-C. O presente Relatório, portanto, também oferece recomendações e soluções práticas aos formuladores de políticas e participantes do mundo cafeeiro, em apoio de uma expansão sustentável e inclusiva da CGV-C (figura 0.1).

FIGURA 0.1: A CGV-C



O café comercializado internacionalmente ainda responde por mais de 70% do café que se produz no mundo, mas o consumo interno vem aumentando em muitos países produtores e com isso contribuindo para a multiplicação das oportunidades na origem. Embora sem quantificar explicitamente a criação de valor no consumo interno, este Relatório considera o potencial de alavancar a atual capacidade de processamento dos países exportadores de maior renda para fornecer aos mercados de exportação da mesma forma que ao mercado interno.

Estruturado em cinco seções principais, o Relatório se divide em três partes. A **Parte I** dá uma visão geral de todo o Relatório. A **Parte II** é a parte tópica. Compreende as Seções A, B, C e D, focalizando a evolução, determinantes e impacto da CGV-C e, em seguida, fazendo recomendações sobre políticas para alcançar um crescimento sustentável, inclusivo e resiliente da CGV. A **Parte III** consiste na Seção E e complementa a análise tópica da CGV com informações de mercado sobre preços e desdobramentos, em escala regional, no ano cafeeiro de 2019/20.

Em particular, a **Seção A** mostra tendências do comércio cafeeiro internacional, tanto em nível global quanto regional, apresentando um quadro detalhado da evolução da CGV-C nas três últimas décadas e identificando indutores da integração do café na CGV a nível de países. Em vista da covid-19, a **Seção B** enfatiza especificamente a resiliência das cadeias de valor a diversos choques e estressores. A **Seção C** testemunha o impacto econômico, social e ambiental da CGV-C e a conexão com os ODSs, concentrando-se nos países produtores de café. A evidência empírica discutida contribui para compreender-se melhor o impacto da expansão da CGV sobre os segmentos iniciais da cadeia—especificamente, sobre o cultivo e processamento pós-colheita. Situando no centro da análise os cafeicultores—o elo mais vulnerável da cadeia—, o Relatório explora como garantir sua integração na CGV; e se essa integração pode contribuir para a transformação inclusiva e sustentável do setor cafeeiro. A **Seção D** faz recomendações contemplando uma expansão inclusiva e sustentável da CGV-C. A discussão inclui enfoques baseados no mercado e em regulamentação. São postos em relevo o papel das iniciativas multiparticipativas e o desenvolvimento de modelos de governança da cadeia de valor capazes de trazer benefícios econômicos, sociais e ambientais da CGV-C aos participantes da cadeia e aos consumidores. A **Seção E** mostra a situação do mercado cafeeiro em 2019/20 e ressalta importantes eventos e políticas que marcaram o último ano cafeeiro, a fim de oferecer ao leitor um quadro abrangente da situação do setor cafeeiro. Essa seção é uma inovação em relação à edição do RDC do ano passado e, no futuro, será mantida como componente padrão do Relatório.

Com a abolição do sistema de quotas da OIC em 1989 e o crescimento da globalização do processamento e do consumo, a distinção entre países "exportadores/produtores" e "importadores/consumidores" perdeu a clareza.

O.2. Como determinar o valor do café?

Aceita-se em toda parte que o comércio internacional é o principal indutor do crescimento econômico, da redução da pobreza e do desenvolvimento socioeconômico. As Nações Unidas, assim, o consideram um importante instrumento para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) de 2030 por países, regiões e o mundo todo. Países de renda mais baixa, porém, ainda estão em atraso em sua integração ao sistema global de comércio. O comércio internacional a partir dos anos 1990 passou por uma liberalização gradual. Negociações comerciais sob a égide do GATT e da Organização Mundial do Comércio (OMC), estabelecida em 1995, reduziram muito as barreiras ao comércio. Ao mesmo tempo, com os avanços da tecnologia da informação e comunicação e da logística e transporte, houve uma queda dramática dos custos que as empresas incorrem para produzir ou obter recursos ou bens intermediários, ou para acessar mercados de exportação no exterior e vender seus produtos em escala global.

O advento das cadeias globais de valor (CGVs) nos 30 últimos anos resultou em complexidade e fragmentação geográfica das cadeias produtivas de um grande número de itens, que vão dos smartphones aos produtos agrícolas. Na forma de "aranhas", que se observa na compra internacional de peças e montagem de componentes numa fábrica, ou de "cobra", em que valor é criado gradualmente ao longo da cadeia produtiva, as CGVs hoje respondem por até metade do comércio global (Banco Mundial, 2019). De acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), 70% do comércio internacional hoje envolve CGVs e passagem por fronteiras, em uma direção ou outra, de serviços, matérias-primas, peças e componentes.²

As CGVs se caracterizam por hiperespecialização (desagregação dos processos produtivos ou tarefas, que se executam em diferentes países), por operações de alta eficiência e por relações mais estreitas e duradouras entre firmas, permitindo que os conhecimentos se transfiram e a tecnologia atravesse fronteiras (Banco Mundial, 2019). O café não é exceção na era das CGVs e tem passado por mudanças dramáticas em matéria de produção, agregação de valor e comércio internacional, trazendo dividendos econômicos, na forma de maior produtividade, emprego e crescimento econômico. Por outro lado, a interligação de toda a CGV-C ampliou a exposição a choques, como demonstrado pelos efeitos das mudanças climáticas, ou, mais dramaticamente, pela pandemia da covid-19 (OIC, 2020a, 2020b, 2020c).

² <https://www.oecd.org/trade/topics/global-value-chains-and-trade>.

BOX O.1: Melhoramentos na CGV-C

A participação na cadeia global de valor frequentemente depende da melhoria e cumprimento de padrões obrigatórios e voluntários que os reguladores dos governos, do setor privado e, em última análise, os consumidores do mundo inteiro requerem. Melhoramento pode ser definido como a adoção, por produtores ou firmas, de atividades de maior valor para incrementar tanto o valor agregado quanto as capacidades e os benefícios da produção¹. Nas cadeias de valor do café as seguintes atividades de melhoramento são comuns:



O **melhoramento do produto** na cadeia de valor do café pode ocorrer por obtenção de maior qualidade, possibilitando aos cafeicultores a se posicionar no segmento dos cafés especiais, *premium* ou *gourmet*. Também se refere à adoção de padrões internos e externos (esquemas de certificação ou rotulagem) voltados para a sustentabilidade

econômica, social e ambiental. Este melhoramento facilita o acesso dos produtores a mercados de alto valor e, com frequência, gera maiores receitas agrícolas, pois os consumidores pagam preços com prêmio por maior qualidade.



O **melhoramento funcional** se refere ao desempenho de novos papéis pelos produtores e firmas, tais como a transformação do café verde, frequentemente como parte dos processos industriais, em produtos mais complexos, como, por ex., café torrado ou solúvel e, mais recentemente, bebidas prontas para beber.



O **melhoramento dos processos** envolve aumentos de produtividade (através, por ex., de variedades melhoradas, Boas Práticas Agrícolas, mecanização do cultivo e da colheita) e a redução dos custos por unidade, resultando em aumentos correspondentes das margens auferidas por participantes do mercado como os cafeicultores

ou os processadores.

¹ Kaplinsky, R., & Morris, M. (2000). A Handbook for Value Chain Research (Vol. 113). Brighton: University of Sussex, Institute of Development Studies

O café é visto tradicionalmente como commodity tropical que conecta os países produtores, situados no Sul, ao longo do chamado "cinturão do grão", entre os trópicos de Câncer e Capricórnio, com os países consumidores do Norte. As etapas iniciais da cadeia – produção agrícola, colheita e pós-colheita – exigem trabalho intenso; o componente manufatureiro, por outro lado, exige mais capital. Depois da abolição do sistema de quotas da OIC em 1989 e com o aumento da globalização do processamento e consumo de café em diferentes países e geografias, tornou-se menos clara a distinção entre países "exportadores/produtores" e "importadores/consumidores".

Além disso, a liberalização da agricultura e do comércio e a reestruturação de políticas nos países produtores de café, incluindo a reforma do papel e função das juntas (de comercialização) do café, deram aos cafeicultores novas oportunidades de se agregar e integrar cadeias produtivas internacionais e de acessar novos mercados consumidores emergentes para elevar suas margens de lucro.

Com a emergência das CGCs, o setor cafeeiro registra um aumento de produção, produtividade, agregação de valor, emprego e comércio internacional.

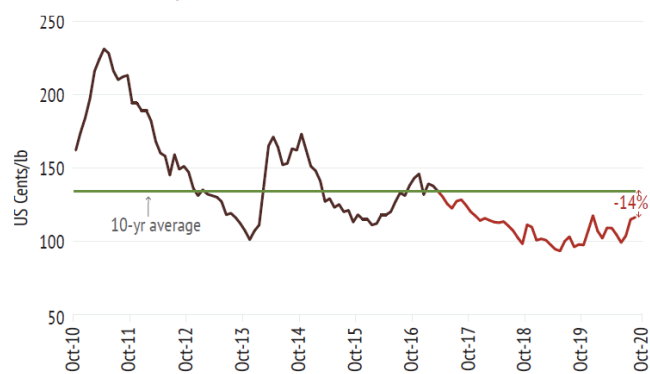
Essas políticas também possibilitam a compradores multinacionais ampliar operações e contatar e comprar diretamente de produtores de café em diversos países. Os governos e autoridades e associações cafeeiras nacionais têm, em grande medida, facilitado uma expansão da cadeia de valor do café impulsionada pelo setor privado.

Políticas do governo vietnamita – por ex., medidas e investimentos substanciais para gerir de forma sustentável recursos econômicos e ambientais destinados ao setor cafeeiro, elevar receitas de exportação e garantir a sustentabilidade da produção – vêm desempenhando um papel muito importante na integração e sucesso do país no mercado global (OIC, 2019b).

Outro exemplo expressivo é a Colômbia. A Federação Nacional dos Cafeicultores (FNC), a principal associação do café do país, apoia os cafeicultores através de pesquisa, assistência técnica, capacitação e acesso a mercados. A grande maioria dos pequenos cafeicultores vende sua produção à FNC, dela recebendo garantias de compra que lhes dão estabilidade financeira (Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2020). A FNC, portanto, desempenha um papel fundamental ao conectar os cafeicultores com grandes compradores e mercados de valor elevado.

Em 2008 o governo etíope criou a Bolsa de Produtos Básicos da Etiópia (ECX) para organizar o comércio de café do país e os preços recebidos pelos produtores. O uso da ECX por negociantes e exportadores é compulsório, a não ser que se trate das exportações de cooperativas ou produtores certificados ou de exportações diretas das respectivas fazendas comerciais. As diferenças entre produtores que usam e que não usam a ECX ainda estão sendo estudadas (Hanino et al., 2019). O impacto dessas políticas e intervenções sobre as operações da CGV e sobre como os participantes da CGV se beneficiam é considerável.

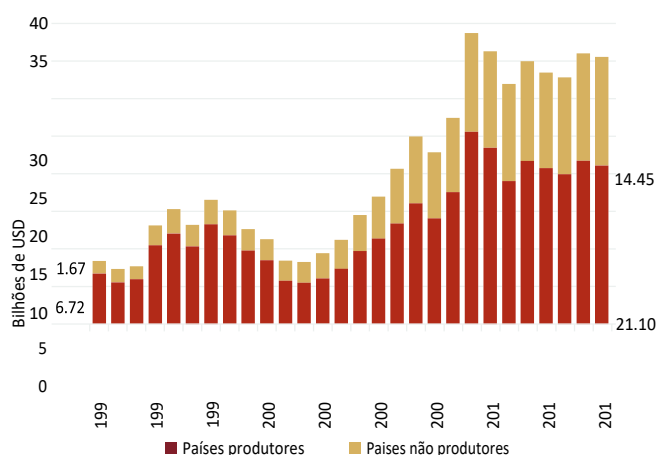
FIGURA O.2: Preços do café se mantêm abaixo da média de 10 anos



FONTE: OIC

FIGURA O.3: Exportações de café dos países não produtores aumentaram significativamente

(Todas as formas de café em valor corrente)



FONTE: OIC

BOX O.2: Preços e valores unitários do café

Os preços do café têm um papel importante no debate sobre o desenvolvimento do setor cafeeiro. Este Relatório usa vários preços e valores unitários distintos:

Preços internacionais no mercado à vista (spot): Preços indicativos dos grupos de café da OIC –Suaves Colombianos, Outros Suaves, Naturais Brasileiros e Rubustas–, com base em cotações ex-dock declaradas nos principais mercados. Ver detalhes dos preços indicativos dos grupos da OIC no box E.1 na Seção E.

Os preços indicativos dos grupos são combinados em uma única medida, o preço indicativo composto da OIC, que representa um "preço médio do café", usado como referência pelos participantes do setor, entre os quais a indústria e o setor público.

Preços nacionais no mercado à vista (spot): Preços pagos aos cafeicultores, que são preços de porteira de fazenda declarados em moeda nacional pelos países Membros da OIC.

Preços nas bolsas de futuros: Cotações das bolsas de futuros de Nova Iorque (Arábica) e Londres (Robusta). Os preços são a média da 2.^a e 3.^a posições.

Valor unitário: Valor calculado com base em dados oficiais de comércio recebidos pela OIC. O valor unitário das exportações é calculado dividindo-se o valor da exportação, ajustado para levar em conta a inflação (Índice de Preços ao Consumidor dos EUA), pelo volume da exportação.

FONTE: Documento ICC-105-17 da OIC "Regulamento de Estatística - Preços Indicativos".

Com o aumento das CGVs, viu-se no setor cafeeiro uma expansão da produção, produtividade, agregação de valor, emprego e comércio internacional. Três oportunidades e estratégias distintas surgiram para obter maior agregação de valor aos produtos agrícolas. Primeiro, os cafeicultores se beneficiam do *melhoramento do produto* ou "descomodificação" do café verde. Valor é agregado pela melhoria da qualidade do produto e a especificação de características geográficas singulares e outros atributos (p. ex. segurança e sustentabilidade), frequentemente em resultado de relações integradas na cadeia produtiva, como parte das quais grandes firmas (multinationais) ou mesmo pequenas casas de café conectam os cafeicultores a mercados de valor elevado.

Segundo, alguns países galgaram posições mais altas na cadeia de valor através de *melhoramento funcional*, isto é, de processamento do café verde. Os países importadores tradicionais não abrangem apenas seus próprios mercados internos, mas cada vez mais reexportam café processado a consumidores finais no mundo todo. Por outro lado, os países produtores e consumidores não tradicionais de café também se ocupam cada vez mais de atividades de processamento orientadas para a exportação ou visando a mercados locais e regionais.

Terceiro, o *melhoramento do processamento* na lavoura e na indústria de torrefação levou a maior eficiência e produtividade. Os resultados são custos mais baixos por unidade e maior competitividade de algumas origens de café verde. Técnicas avançadas de processamento agora disponíveis a maior número de países aumentaram o oferta de café processado, de solúvel em particular (ver no Box 0.1 uma taxonomia do melhoramento).

A descomodificação do café verde por melhoramento da qualidade (especial, orgânico, com indicação geográfica, etc.) e a adoção de padrões de sustentabilidade têm sido possibilitadas por políticas governamentais e expandidas ainda mais por estratégias específicas de acesso ao mercado e programas de compra guiados pelo comprador. Vendas diretas, concursos de degustação e leilões pela internet também contribuem para esse processo e agregam valor ao café verde, afetando positivamente as receitas dos cafeicultores. Este Relatório também dá atenção especial ao impacto sobre os produtores das iniciativas orientadas pelo setor privado. Apesar do sucesso dos programas guiados pelo comprador, até agora só um número limitado de cafeicultores foi alcançado, e os prêmios de preços continuam modestos (Samper et al., 2017). Os benefícios da expansão a maior número de atores na CGV requer esforços conjuntos substanciais de uma série de partes interessadas, entre as quais governos, autoridades locais e instituições de desenvolvimento e financiadoras.

Graças ao crescimento da demanda por café no mundo inteiro, o valor das exportações anuais de café (verde, torrado, solúvel) mais que quadruplicou nos últimos 30 anos.

É preciso salientar que a liberalização do mercado não beneficiou todos os atores da CGV na mesma escala.

Com um valor estimado em mais de USD 200 bilhões anuais, o café é um mercado que cresce, criando oportunidades seja para os cafeicultores, seja para os participantes que se encontram em pontos mais avançados da cadeia de valor (Samper et al., 2017; OIC, 2019a). Caracterizam o comércio global de café dois mercados principais: o mercado de commodities, que principalmente fornece café a granel, produzido em grandes volumes, de qualidade padronizada, sensível a preços; e o mercado de nicho dos cafés especiais (*premium*), que oferece melhores preços a exportadores que lidam com menores volumes de grãos de maior qualidade.³

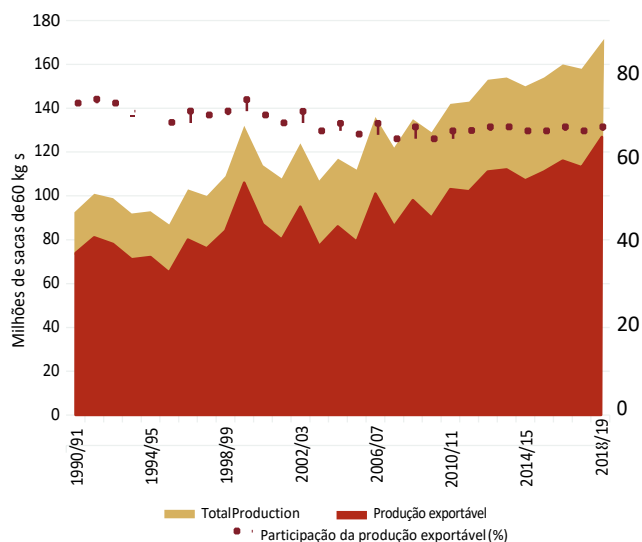
Mais de 90% do café (em volume) ainda é exportado verde.⁴ Em geral, portanto, o café continua sendo exportado como produto básico cru (OIC, 2019a). Seu processamento, ao contrário, é dominado pelo países industrializados de alta renda do Norte, que, eles próprios, se tornaram uma importante presença no comércio internacional. Potencializando suas bases industriais, esses países, além de café torrado e solúvel, hoje reexportam café verde descafeinado em grandes quantidades (Samper et al., 2017). Os empecilhos à entrada de café processado impostos pelos países produtores continuam grandes. Barreiras tarifárias, além de forte competição com as marcas existentes e desafios técnicos, em especial no mercado do café torrado, até hoje limitam a capacidade dos países produtores de captar oportunidades de agregação de valor (OIC, 2020d).

Além disso, a depressão dos preços internacionais do café iniciada em 2016 gera riscos cada vez maiores para milhões de famílias cafeicultoras nos países de renda média e baixa (figura 0.2). Com os preços dos insumos e da mão de obra em alta, as receitas, em muitas origens, não bastam para cobrir os custos de produção e de vida dos produtores e para lhes trazer uma receita segura e condigna. Acresce que a redução das receitas dos produtores afeta sua capacidade de investir na manutenção, replantio e modernização dos cafezais. A falta de investimentos em adaptação às mudanças climáticas pode ameaçar a oferta futura (OIC, 2019a). As chances dos países produtores de galgar a posições mais altas da cadeia de valor diminuem, devido à redução das oportunidades de formar capital para investir em manufatura, marcas e comercialização (OIC, 2020b).

³ Até hoje não há uma definição exata e acordada de café especial. Segundo a Specialty Coffee Association (SCA), cafés que em provas de xícara alcançam uma pontuação de 80 ou acima são considerados especiais. Em alguns países, associações como a Asociación Cafés Finos Costa Rica, também têm sua própria definição, que em geral diz respeito à qualidade física do grão, enquanto as pontuações obtidas nas provas de xícara são usadas como parâmetros para os cafés especiais. Origens únicas ou *terroirs* são muito importantes no segmento dos cafés especiais, criando tipos diferentes de produtos. (European market potential for specialty coffee, Centre for the Promotion of Imports from developing countries (CBI), 2020).

⁴ O foco deste estudo são os grãos de café verde conforme o Sistema Harmonizado. Os dados disponíveis não distinguem entre cafés a granel e cafés especiais, *premium* ou *gourmet*.

FIGURA 0.4: Produção e exportações de café (1990/91-2018/19)



FONTE: OIC

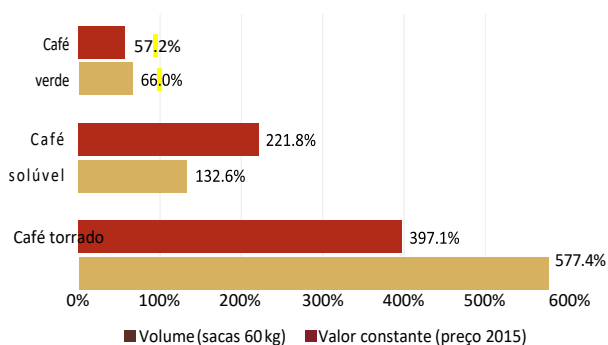
Desde o começo de 2020, a pandemia da covid-19 exacerba a situação dos países produtores afetados pelos preços baixos e a volatilidade. A propagação global do vírus e seu impacto dramático sobre a saúde pública resultaram em transtornos à cadeia produtiva e influenciaram a demanda global por café, constituindo um choque sem precedentes ao setor (OIC, 2020a). O impacto do coronavírus e das mudanças climáticas e o reaparecimento do protecionismo nos últimos anos poderão ser sérios obstáculos à expansão da CGV-C no futuro, reduzindo os benefícios econômicos correlatos e a redistribuição de valor.

0.3. Principais constatações

O mercado de café cresce. Nos 30 últimos anos uma demanda crescente resultou na expansão da produção e das exportações de café. A produção global (em volume) aumentou mais de 60% desde os anos 1990s, e o rácio entre a produção de Arábica e Robusta alcançou cerca de 60/40 (OIC, 2019a). Como o consumo interno só absorve 30% da produção, o café continua sendo um produto de exportação. O valor anual de suas exportações transfronteiras em todas as formas (verde, torrado, solúvel) mais que quadruplicou, passando de USD 8,4 bilhões em 1991 a USD 35,6 bilhões em 2018. A pandemia da covid-19 está influenciando as tendências e padrões do consumo de café.

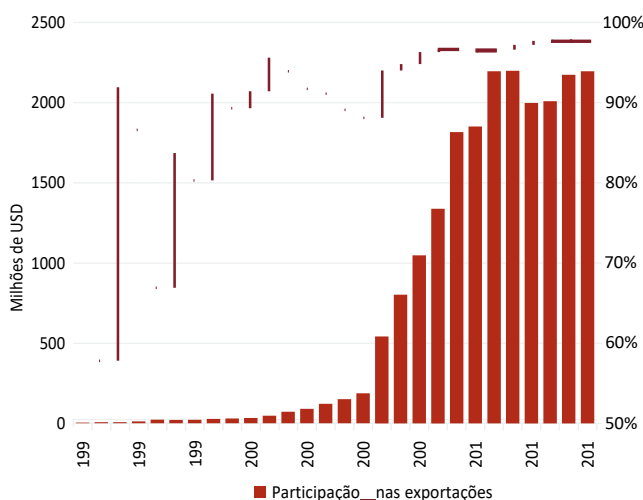
O comércio internacional de café se tornou mais complexo. Hoje mais países participam do comércio global de café que há 30 anos. As exportações de café de países não produtores aumentaram significativamente (figura 0.3). O comércio internacional de café processado nas formas de torrado e solúvel cresceram muito mais que o de café verde. Esse crescimento é induzido principalmente por um pequeno número de países, que captam uma proporção substancial do valor da CGV.

FIGURA O.5: Taxas de crescimento das exportações de café (em valor constante e em volume) entre os períodos de 1991-1994 e de 2015-2018, por forma de café (%)



NOTAS: A taxa de crescimento é calculada como segue: $\left(\frac{I_{t=2015}^{2018} X_t - I_{t=1991}^{1994} X_t}{I_{t=1991}^{1994} X_t} \right) * 100\%$ onde X se refere à respectiva atividade de exportação considerada.
 FONTE: OIC

FIGURA O.6: Exportações de café torrado da Suíça



FONTE: OIC

As taxas de crescimento das exportações de café torrado – em valor unitário e em volume – foram as mais altas, seguidas pelas de café solúvel (figura 0.5). O valor unitário das exportações de café torrado e de café verde aumentou com o tempo. O aumento do valor unitário das exportações de café torrado foi muito maior que o das exportações de café verde. Em contraste, o valor unitário das exportações de café solúvel diminuiu com o tempo.

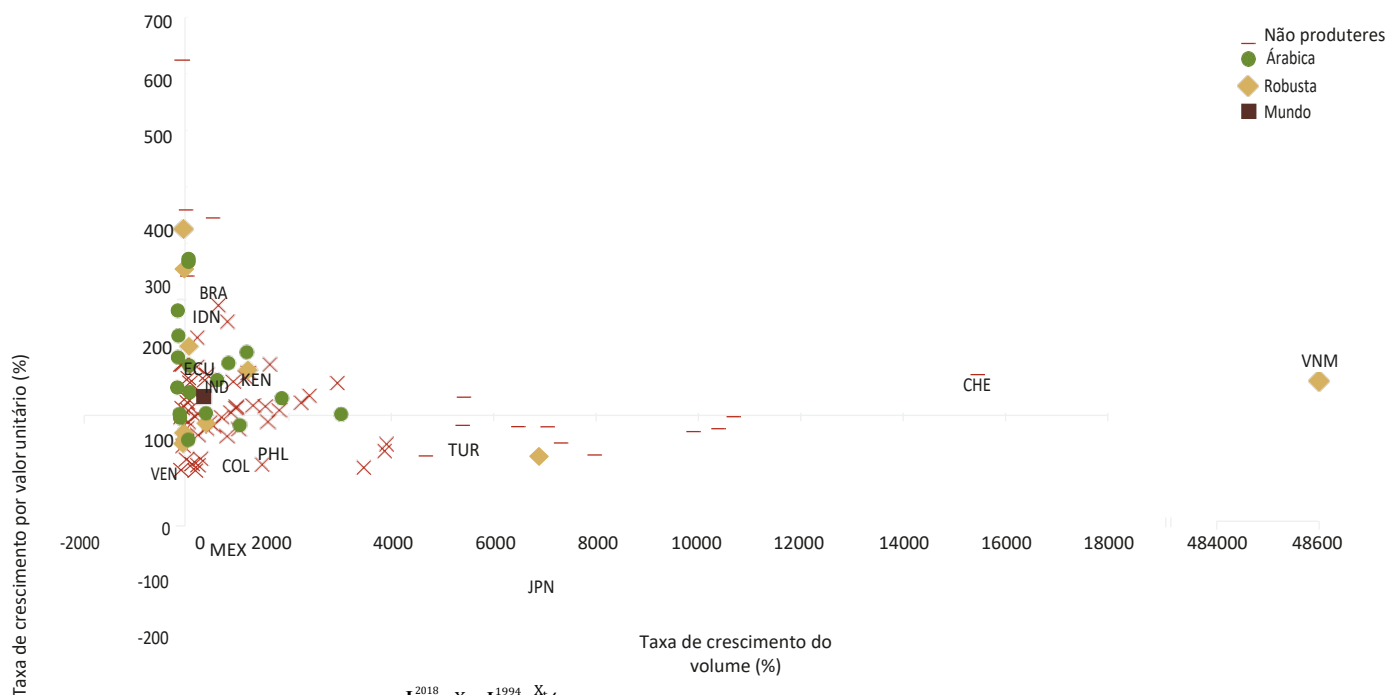
Países não produtores de alta renda expandiram significativamente suas exportações de café torrado. Possuindo uma base industrial considerável e marcas estabelecidas, países da União Europeia (UE), assim como a Suíça e a América do Norte, foram os que mais se beneficiaram com a expansão do comércio e o forte crescimento da agregação de valor (figura 0.6).

Alguns países produtores de Robusta tiveram êxito na fabricação de café solúvel. Países produtores como o Vietnã e o Equador vêm-se engajando mais e mais em melhoramento funcional e dessa forma contribuindo para o aumento da oferta global de solúvel em um clima de mercado competitivo e pequenas margens (figura 0.7).

Países produtores de Arábica se dedicam à melhoria de produtos ou "descomodificação" do café verde. A agregação de valor ocorre através da melhoria da qualidade do produto (por ex., cafés especiais, atributos ligados à sustentabilidade), frequentemente obtida por meio de relações na cadeia produtiva entre cafeicultores e compradores (negociantes, torrefadores ou varejo) e do influxo de investimentos estrangeiros diretos (IEDs) – como, por ex., no Peru e em Ruanda.

O setor cafeeiro oferece agregação potencial de valor pelo melhoramento dos produtos (mais qualidade e mais conveniência), melhoramento funcional (mais processamento) e melhoramento dos processos (mais eficiência). A análise mostra como e até que ponto cada país que se integra na CGV-C – e que, portanto, capta valor – depende de uma série de fatores, incluindo recursos naturais, desenvolvimento econômico, consumo interno e políticas industriais (figura 0.8).

FIGURA O.7: Taxa de crescimento do valor unitário vs. taxa de crescimento do volume entre o período recente (2015-2018) e o primeiro período (1995-1998) no caso das exportações de café solúvel (ambas em %)



NOTAS: A taxa de crescimento é calculada como $\frac{X_t - I_{t=1991}^{1994} X_t}{I_{t=1991}^{1994} X_t} * 100\%$

onde X se refere à respectiva atividade de exportação considerada. Os produtores de Árabica (Robusta) são países que, de acordo com estatísticas de produção de café, colhem café em grão e cuja colheita é principalmente de café Árabica (Robusta). A figura mostra um subconjunto de países por razões de limitação de dados e visualização.

FONTE: OIC

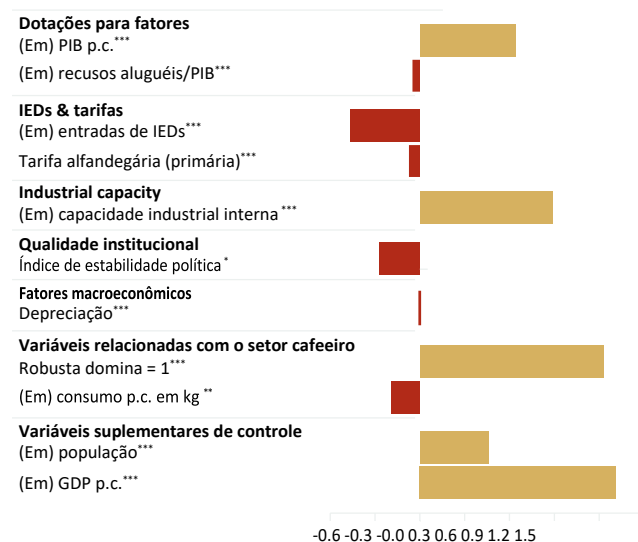
As tarifas desestimulam as atividades de melhoramento pelos que procuram captar maior valor agregado. Direitos de importação mais altos sobre café processado e barreiras não tarifárias obstruem significativamente o acesso dos países produtores a mercados de exportação lucrativos (figura 0.8).

Entre os potenciais estressores e choques à CGV-C incluem-se as pandemias e crises sanitárias, as mudanças climáticas, a instabilidade e os conflitos políticos e a concentração de origens. Perturbações desencadeadas por choques a nível dos fornecedores podem ter um efeito propagador, afetando toda a cadeia de valor, com impacto sobre os que são vulneráveis a riscos nas fases iniciais e sobre a resiliência dos fornecedores.

Uma nova ameaça: o surto da covid-19 mostrou a fragilidade da CVGV-C. Perturbações à cadeia produtiva provocadas por pandemias e crises sanitárias, mudanças climáticas ou emergências e por instabilidade política têm o potencial de obstruir severamente as exportações de café, com isso afetando as receitas em divisas e os empregos nos países produtores, bem como as operações dos que atuam nas etapas posteriores da CGV e os consumidores (figura 0.9).

Serviços sociais compreendendo educação e segurança dos alimentos e da saúde foram fortalecidos para ajudar comunidades rurais a enfrentar o impacto da pandemia da covid-19. Durante o surto do coronavírus, compradores (negociantes, torrefadores e comércio varejista) que mantinham relações de longo prazo com cafeicultores na cadeia produtiva se apressaram em mobilizar recursos apreciáveis em benefício de comunidades cafeeiras rurais. Alavancando canais e infraestrutura existentes na cadeia produtiva, eles disponibilizaram uma série de serviços de base comunitária, na forma de apoio técnico sanitário em dinheiro e até em espécie. A pandemia global, assim, deixou claro que relações mais estreitas e duráveis ao longo da cadeia de valor podem funcionar como rede de segurança em situações de crise.

FIGURA 0.8: Determinantes de melhoramento funcional

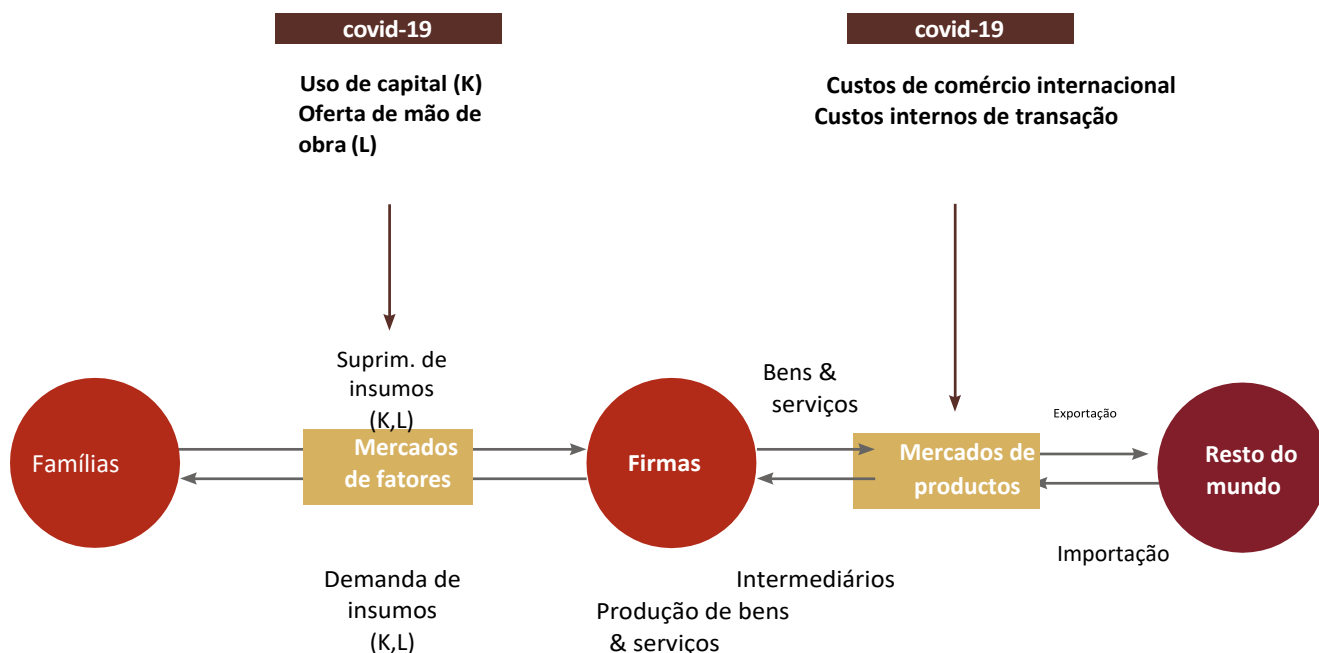


NOTAS: Notas: N=244. As figuras ilustram os coeficientes de regressão estatisticamente significantes. Para conferir a regressão concreta, consultar o Anexo 3. *** denota p<0.01 ** denota p<0.05 * denota p<0.1.

FONTE: OIC

O setor cafeeiro também é altamente sensível às variações do clima. É provável que no longo prazo as mudanças climáticas afetem de forma significativa as áreas globais adequadas à cafeicultura. Existem opções para a relocação da produção, mas os pequenos produtores não dispõem de recursos, capacidade e flexibilidade para se transferir, e poderão ser forçados a abandonar a cafeicultura. Entre as estratégias com potencial para tornar a CGV mas resiliente às mudanças climáticas podem citar-se o acesso a informações, a tecnologia, o apoio financeiro e a pesquisa e desenvolvimento para conseguir Boas Práticas Agrícolas Verdes e variedades melhoradas resistentes ao clima.

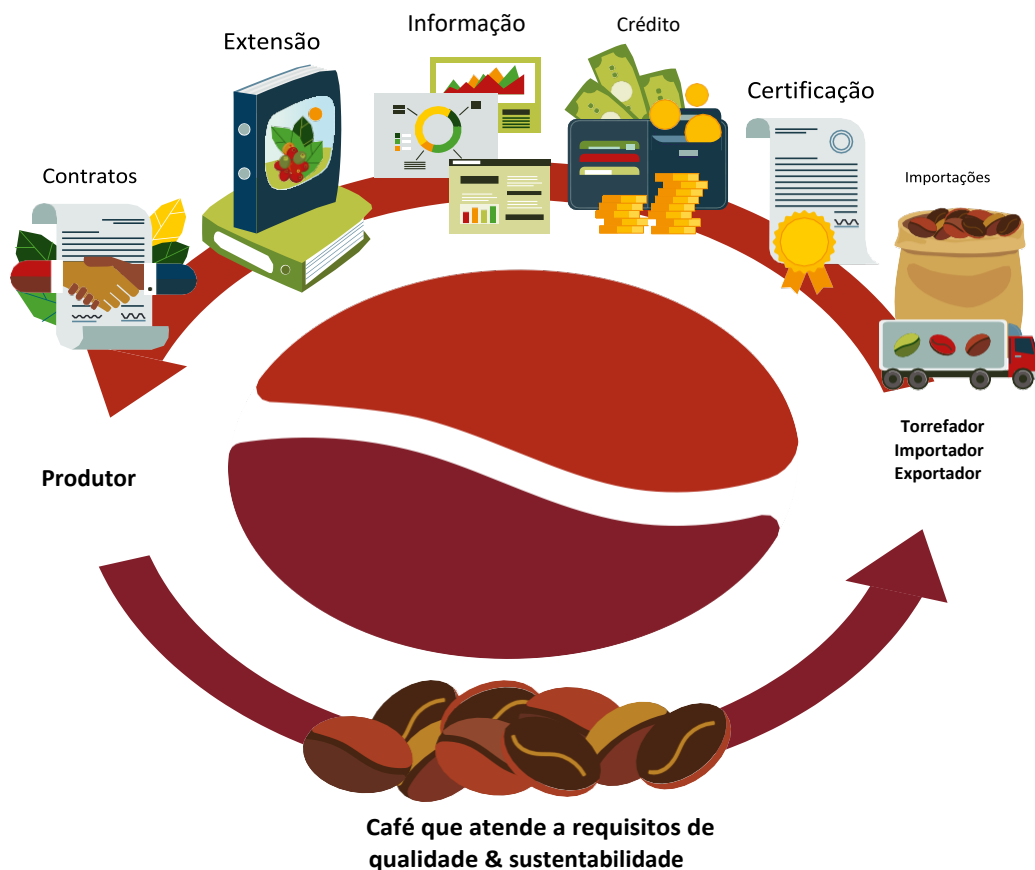
FIGURA 0.9: Canais de impacto da covid-19 nos países produtores de caqfé



FONTE: Baseado no Banco Mundial (2014)

FIGURA O.10: Uma troca benéfica – o fluxo de benefícios tangíveis e intangíveis de firmas importantes aos cafeicultores na CGV-C

FONTE: OIC



A CGV-C compartilha as características essenciais de outras CGVs. A especialização e as relações duráveis entre participantes da cadeia de valor têm aumentado e, ao longo da cadeia, fomentado a transferência de tecnologia, financiamento e padrões de sustentabilidade mais rigorosos à lavoura, resultando em maior produtividade, agregação de valor e criação de empregos.

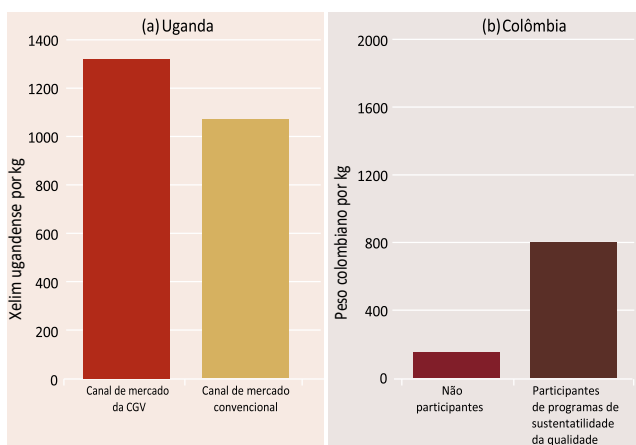
A integração na CGV-C ajuda os cafeicultores a superar os desafios que lhes surgem à frente. As tradicionais cadeias de valor do café se caracterizam por falhas do mercado, assimetrias e limitações que podem ser anuladas por intervenções complementares do setor público, ditadas pelo mercado, no centro da CGV-C.

Relações mais estreitas e duráveis entre os participantes da CGV-C são um aspecto fundamental da cadeia. Por meio de atividades comerciais diretas, comerciantes e torrefadores multinacionais, como também compradores mais modestos, implementam iniciativas ditadas pelos consumidores. Bens tangíveis (insumos, crédito) e intangíveis (conhecimentos, padrões de sustentabilidade, governança corporativa) são transferidos aos que atuam nas etapas iniciais da cadeia, que abrangem os cafeicultores (figura 0.10).

Programas guiados pelos consumidores também são implementados por pequenos compradores. Até mesmo os pequenos participantes da cadeia, que não têm o mesmo peso e impacto dos grandes negociantes, torrefadores e comércio internacional, podem lidar diretamente com comunidades rurais em geral marginalizadas, encurtando a cadeia, excluindo a maioria dos intermediários e construindo relações de muitos anos, com base em um compromisso mais firme em relação à responsabilidade social.

A integração na CGV-C incentiva o melhoramento da produtividade, qualidade e sustentabilidade e assim eleva as receitas dos produtores. Os cafeicultores podem se beneficiar de maior produtividade e acesso a mercados de alto valor, em alguns casos com garantias de compra e preços mais estáveis. Tem-se visto que a participação em programas ditados pelos compradores na CGV pode elevar as receitas dos pequenos cafeicultores em até 30%. Alcançando uma posição mais alta na CGV-C, os cafeicultores podem melhorar seus meios de sustento (figura 0.11).

FIGURA O.11: Receitas na CGV (programas orientados pelos compradores) versus canais convencionais



FONTE: Macchiavello e Miquel-Florensa (2020)
FONTE: Baseado em Arslan (2020)

A CGV-C facilita os investimentos estrangeiros diretos (IEDs) em processamento pós-colheita e a agregação de valor. O aumento do número de estações de lavagem de café (ELCs) pode resultar em grande melhoria da qualidade do café produzido, agregação de valor e aumento das receitas dos cafeicultores. Transportes a custo mais baixo e melhores preços por café lavado fazem com que mais produtores vendam seu café em cereja, para benefício em estações de processamento por via úmida. Investimentos nessas estações facilitam os contatos dos produtores com mercados de café de alto valor. Investidores estrangeiros são particularmente eficazes na transformação das estações de baixo desempenho em instalações eficientes e de alta capacidade, graças, sobretudo à estabilidade dos canais de comercialização nos mercados exportadores, a práticas superiores de gestão e a maior capacidade para implementar mudanças necessárias nas ELCs (Macchiavello e Morjaria, 2021).

A expansão da CGV-C contribui para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A participação na CGV-C pode reduzir a pobreza e melhorar a segurança dos alimentos, as condições sanitárias e o acesso a educação de qualidade entre os agricultores e trabalhadores rurais. A adoção de padrões voluntários e políticas de sustentabilidade pode fazer com que as firmas cuidem da igualdade de gênero e melhorem as condições de trabalho. Também facilita as parcerias entre diferentes integrantes do mundo do café. Da mesma forma, o impacto ambiental negativo do setor cafeeiro pode ser reduzido pelo enverdecimento da CGV-C e a adoção de uma economia cafeeira circular (figura 0.12).

Os cafeicultores tendem a se beneficiar de relações firma-a-firma, mas a distribuição dos ganhos na CGV resulta, em parte, da governança e da dinâmica do poder. Dentro da CGV-C a distribuição de ganhos resulta, parcialmente, da governança e da dinâmica do poder. Componentes importantes da cadeia produtiva do café—custos e margens que vão da lavoura ao varejo—prosseguem obscuros, e avaliações de desigualdades nos salários de subsistência nos países produtores não são amplamente disponíveis. Acresce que iniciativas guiadas pelo setor privado não podem ser totalmente inclusivas, pois elas só podem cobrir uma pequena parte da base fornecedora.

O ano cafeeiro de 2019/20 trouxe desafios sem precedentes. A tendência dos preços globais do café foi baixista desde novembro de 2016, quando a média do preço indicativo composto da OIC registrou 145,82 centavos de dólar dos EUA por libra-peso. A pandemia da covid-19 constituiu um choque à oferta e à demanda no conjunto do setor cafeeiro global. Estima-se que em 2019/20 a produção global foi de 169,34 milhões de sacas, 2,2% abaixo de 2018/19.⁵

Estima-se que o consumo global de café aumentou 0,3%, para 168,39 milhões de sacas, em 2019/20. Houve um aumento da demanda no início da pandemia do coronavírus (declarada pela OMC em 11 de março de 2020), em resultado de compras em pânico e armazenamento. Estima-se, todavia, que nos meses restantes do ano cafeeiro o consumo diminuiu, devido à constante pressão da desaceleração da economia global e à recuperação limitada do consumo fora de casa enquanto ainda em vigor medidas nacionais de distanciamento social.

A pandemia afetou os componentes das fases posteriores da cadeia produtiva do café. A comercialização e o varejo também foram afetados por restrições à mobilidade e pelo fechamento de restaurantes, cafés e escritórios, com impactos sobre o consumo em casa vs. fora de casa e sobre as rendas e os empregos. O setor, como já dito, não demorou a estabelecer protocolos para reduzir riscos para os trabalhadores e os fregueses.

FIGURA 0.12: Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ligados à expansão da CGV-C



FORNTE: OIC

A covid-19 também afetou a oferta de mão de obra em diversos países, quer diretamente, devido à doença, quer indiretamente, devido à imposição de restrições ao movimento de trabalhadores agrícolas e mão de obra migrante pelos governos. Entretanto, grande parte da oferta no ano cafeeiro de 2019/20 não foi afetada pela covid-19, pois a colheita na maioria dos países já havia terminado quando a pandemia foi declarada, e muitos países prontamente ditaram protocolos para colheita, processamento e transporte do café. Com a erupção da segunda onda da pandemia no outono de 2020, pode-se esperar um novo impacto sobre a CGV-C, talvez reduzido, graças à experiência obtida e às práticas desenvolvidas e aplicadas na primavera de 2020.⁶

No ano cafeeiro de 2019/20 os pontos altos regionais foram os seguintes: As exportações da África aumentaram. Na Ásia e Oceania, apesar de um aumento da produção, as exportações diminuíram. No México e América Central, depois de três anos de aumento, a produção de café caiu. Na América do Sul a produção de Arábica diminuiu e a de Robusta aumentou. A demanda por café na Europa e na América do Norte diminuiu depois de um crescimento significativo no ano anterior.

⁵ Ano cafeeiro para a OIC é o período de outubro a setembro.

⁶ Ver lista compilada pela Plataforma Global do Café das melhores práticas para lidar com distanciamento social na produção de café, que diversos países produtores prepararam (www.globalcoffeeplatform.org), e a publicação "How to respond to covid-19 in the coffee sector", CBI (2020).

0.4. Principais áreas de ação para conseguir um crescimento sustentável, inclusivo e resiliente da CGV-C

O Relatório discute uma séria ampla de medidas para expandir a participação dos países produtores e dos cafeicultores na CGV por meio de melhoramentos, bem como de políticas que garantam maior sustentabilidade, inclusividade e resiliência à CGV-C. Para serem implementadas, algumas soluções com potencial de contribuir para a transformação do setor cafeeiro poderão exigir a conjunção de esforços dos interessados.

Os melhoramentos que se façam à CGV têm um potencial significativo. Em particular, países que cultivam Robusta poderão se beneficiar significativamente de melhoramento funcional (por ex., café solúvel). Produtores de Arábica, por outro lado, poderão se beneficiar bastante do melhoramento de produtos – por ex., agregação de valor pela melhoria da qualidade, normas de sustentabilidade, atributos geográficos. Os produtores também poderão aprimorar seus processos (maior eficiência, menores custos por unidade), em particular se acessarem conhecimentos, inovações e recursos oferecidos pelas principais firmas / compradores como parte de um estreitamento de relações entre fornecedores e compradores.

Os seguintes instrumentos podem facilitar os esforços para aprimorar a CVG-C: adoção de políticas para atrair IEDs; aumento da base de capital por eliminação de barreiras aos investimentos; diversificação fora dos setores de recursos para conseguir mão de obra a preços competitivos; melhoria da qualidade institucional e administrativa; e investimentos em infraestrutura.

A liberalização do comércio precisa continuar firmemente inserida na agenda política. Barreiras comerciais que ainda se mantêm – em especial tarifas que sobem – reduzem muito as oportunidades dos países produtores de agregar valor pelo processamento e manufatura de café. Prevê-se que acordos de livre comércio celebrados há pouco (Acordo de Livre Comércio Continental Africano, Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP), Vietnã/UE, Mercosul/UE...) irão fortalecer o comércio regional e internacional de café.

O acesso a mercados de exportação de alto valor também é afetado pela quantidade. Para integrar os pequenos cafeicultores na CGV, as principais empresas (por ex., comércio, torrefação ou varejo) precisam de acesso a uma base mais ampla de fornecedores de qualidade constante, para poder estabelecer relações estreitas e duradouras. Os pequenos cafeicultores precisam aprimorar suas habilidades e capacidades e superar limitações do mercado e das infraestruturas.

O fortalecimento tanto dos serviços públicos de extensão quanto dos programas de extensão guiados por governos e por compradores pode capacitar os cafeicultores a melhorar seus produtos e processos. A participação em mercados de valor elevado depende da capacidade de aderir a padrões mais estritos e rigorosos de qualidade, segurança e sustentabilidade (padrões voluntários e rotulagem, sobretudo), ao contrário de requisitos para acesso aos mercados de café como produto básico (normas e regulamentos obrigatórios, sobretudo). Os obstáculos poderão ser altos para os pequenos cafeicultores e excluí-los da CGV-C.

A formação de grupos e cooperativas de cafeicultores (coordenação horizontal) precisa ser promovida e apoiada. A ação coletiva pode facilitar a participação na CGV de pequenos cafeicultores de outra forma marginalizados, graças à redução dos custos da entrada em mercados de alto valor por grupos de cafeicultores. Programas de ação e apoio para congregar cafeicultores através da criação de cooperativas e consórcios

daria a eles maior poder de negociação, maiores oportunidades de melhorar o processamento e os produtos (por ex., o café Blue Mountain da Jamaica...) e acesso a mercados tanto regionais quanto internacionais.

A distribuição de ganhos na CGV-C prossegue desigual. A participação na CGV-C através de programas inclusivos da cadeia de valor lançados pelas principais firmas globais cria excedentes em toda a cadeia. Na maioria dos casos, porém, só participa desses programas um grupo relativamente pequeno de cafeicultores. Para que haja uma distribuição mais equitativa dos ganhos econômicos será preciso expandir e ampliar as atividades de desenvolvimento inclusivo da cadeia de valor do café e atender às preocupações com a governança da cadeia e a distribuição dos ganhos.

As principais firmas podem facilitar a adoção da certificação individual de cafeicultores e de grupos ou cooperativas de cafeicultores no que respeita a aquisições sustentáveis. Oportunidades de entrar em mercados de preços mais altos e obter melhores receitas são criadas pela provisão de informações precisas sobre os custos e benefícios dos padrões; pela redução de custos elevados de auditoria para indivíduos, através de fomento à certificação em grupo (ou a nível da paisagem); e pela identificação de fontes de financiamento que apoiem a certificação dos produtores.

A chave consiste em facilitar uma expansão das CGVs liderada pelo setor privado. A sustentabilidade econômica é essencial para que as principais firmas na CGV executem as atividades de que se trata. A ampliação do grupo de fornecedores (cafeicultores apoiados) requer altos níveis de investimento. Isso sugere que parceiros em desenvolvimento e instituições financeiras, bem como investidores de impacto, desempenham um papel importante na provisão a governos e produtores locais de fundos complementares (investimentos, subsídios e empréstimos) para implementação de programas da cadeia produtiva. Instituições e mecanismos que garantam o cumprimento de contratos precisam existir, juntamente com apoio financeiro.

Liberalização e reformas estruturais implementadas por governos e autoridades cafeeiras. A expansão da CGV-C e dos programas liderados pelos compradores é em parte possibilitada por políticas agrícolas internas e liberalização dos mercados, que nas últimas décadas incluíram as mudanças do papel e função das juntas de comercialização de produtos básicos. Essas mudanças permitiram aos cafeicultores fornecer diretamente a compradores do setor privado, levando à emergência de programas orientados por compradores, em várias escalas.

Incentivos na forma de vantagens fiscais podem ser concedidos tanto a investidores internos quanto estrangeiros, para incentivar investimentos diretos – locais e estrangeiros – na expansão e modernização das lavouras e estações de benefício de café. Os investimentos de grandes firmas na ampliação da capacidade de processamento pós-colheita agregam valor. Para transformar o setor cafeeiro de um país, pode ser indispensável atrair investimentos de grandes firmas e investidores estrangeiros, como mostra o estudo de caso de Ruanda apresentado neste Relatório.

A expansão da CGV-C é induzida pelo setor privado, mas os governos precisam propiciar um ambiente favorável. A introdução de políticas para garantir estabilidade política e atrair IEDs para o setor cafeeiro é importante. Investimentos em conectividade e infraestrutura comercial são essenciais para a redução dos custos comerciais e o aumento da inclusividade e resiliência da CGV.

Os investimentos para conseguir infraestruturas resilientes beneficiam os cafeicultores. Os investimentos em construção e manutenção de estradas e em infraestruturas facilitadoras do comércio reduzem o tempo de transporte e os custos de transação para os produtores na CGV. A expansão das áreas de captação dos compradores ou o estabelecimento de pontos de coleta em áreas remotas também ajudam a conectar cafeicultores desfavorecidos à CGV.

A promoção do desenvolvimento e a adoção de tecnologias digitais aumenta a eficiência e constrói resiliência. As tecnologias digitais, entre as quais os aplicativos de blockchain, não só reduzem as barreiras e os custos de conexão dos cafeicultores com mercados de alto valor existentes (por ex., através de informações atuais e precisas), mas também aumentam a rastreabilidade e proporcionam acesso confiável e mais direto a novos mercados (comércio direto, comércio eletrônico).

O aumento da transparência e rastreabilidade nas cadeias produtivas do café pode ajudar os produtores a ganhar mais. Prêmios inflacionados a nível de varejo, sem quaisquer benefícios para os cafeicultores, podem ser limitados se os compradores finais pagarem prêmios diretamente aos produtores ou exigirem que seus fornecedores não acrescentem margens aos prêmios nem diferenciais de preços ao longo da cadeia de valor.

As instituições do mercado e o cumprimento de contratos precisam ser fortalecidos para melhorar a eficiência da cadeia de valor. A introdução de esquemas mais rigorosos de fiscalização da qualidade e de regras para o processamento pós-colheita do café pode elevar a qualidade e reduzir as perdas de valor ligadas à incerteza sobre a qualidade do café.

Os objetivos de uma mescla inteligente de iniciativas voltadas para o mercado com regulamentação deveriam ser a maximização dos benefícios econômicos da CGV, uma receita condigna para os produtores e a sustentabilidade. Iniciativas de sustentabilidade voltadas para o mercado, programas de aquisição sustentável e Padrões Voluntários de Sustentabilidade (PVSs) são parte integral das CGV-Cs e mostram que considerações sobre sustentabilidade estão integradas nos sistemas de negócios e administrativos. Além disso, vários países importadores adotaram legislação de devida diligência que atribui a (grandes) firmas responsabilidade por abusos de direitos humanos ou danos ambientais dentro das respectivas cadeias produtivas. O fortalecimento de instituições locais para a monitorização da produção e o cumprimento rigoroso da legislação são essenciais para minimizar os efeitos potencialmente adversos da cadeia de valor do café para a sustentabilidade social e ambiental.

A construção de estratégias nacionais e (sub)regionais de desenvolvimento apoia o posicionamento em um setor cafeeiro global que cresce. A trajetória de melhoramento ou diversificação que um país adote deveria basear-se em uma avaliação das oportunidades e limitações. A integração na CGV-C enquanto se desenvolvem cadeias produtivas nacionais e (sub)regionais requer apoio específico do setor privado, de doadores, de organizações internacionais e de instituições financeiras internacionais.

As parcerias público-privadas são conducentes à integração na CGV. As ações do setor privado e o apoio dos governos – das agências e outros órgãos de regulamentação local do café inclusive – podem ser fortemente complementares e incentivar e capacitar os produtores e firmas do setor cafeeiro a participarem efetivamente da CGV. Especificamente, o confronto da alta concentração de ganhos na indústria do café

A crise dos preços do café e a pandemia da covid-19 sublinharam a importância da cooperação internacional entre os setores público e privado no enfrentamento dos desafios imediatos com que os participantes do mundo do café se deparam e na construção de um setor inclusivo, resiliente e sustentável.

requer ações de política que permitam reequilibrar o poder de negociação e a distribuição de valor entre as grandes firmas, seus fornecedores e outros participantes da CGV, e também a forma como se estabelecem e acordam as normas que regem a produção e o comércio (desde padrões/BPAs até preços e entregas).

Iniciativas multiparticipativas podem melhorar a coordenação das iniciativas de sustentabilidade guiadas pelo mercado que as firmas da CGV implementam. Para expandir programas bem-sucedidos do setor privado, é preciso obter apoio de órgãos do setor público, da sociedade civil e de instituições de pesquisa. Iniciativas proeminentes do setor privado no setor são a Plataforma Global do Café (PGC) e o Desafio do Café Sustentável (DCS). Mais recentemente, a OIC estabeleceu a Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC), que reúne grandes firmas da CGV-C (comércio, torrefação), iniciativas do setor (PGC, DCS) e Membros exportadores e importadores, além de participantes empenhados do setor cafeeiro e parceiros em desenvolvimento. A FTTPC é um fórum sui generis onde os setores público e privado acordam e compartilham uma visão, objetivos e um roteiro, com ações e recursos concretos, tanto individuais quanto compartilhados, em diversas áreas (por ex., eliminação de diferenças de renda, ODSs, transparência, aquisições e produção sustentáveis).

Mecanismos para coletar e divulgar sistematicamente dados sobre custos e margens em cadeias de valor de produtos agrícolas deveriam ser desenvolvidos e promovidos, para conseguir maior transparência. Atualmente há uma falta de dados sistemáticos sobre práticas, preços, custos e margens na cadeia produtiva, em diferentes níveis ao longo da CGV-C, e isso dificulta a transparência. Para uma série de participantes da CGV-C (por ex., cafeicultores, torrefadores, governos dos países produtores e consumidores) é crucial ter acesso a dados e informações precisos e independentes, para poder negociar uma visão comum para o setor e enfrentar questões complexas relacionadas com a distribuição de ganhos na CGV.

Os desafios enfrentados pelo setor cafeeiro requerem um diálogo eficaz entre todos os participantes do setor. A crise de preços do café e a pandemia da covid-19 puseram em relevo a importância da cooperação internacional entre os setores público e privado para lidar com os desafios imediatos enfrentados pelos participantes do setor e construir um setor inclusivo, resiliente e sustentável. Melhores respostas a choques podem ser conseguidas através do desenvolvimento e implementação de novos processos da cadeia produtiva, bem como de procedimentos de saúde e segurança, a fim de manter os bens e os serviços fluindo, em circunstâncias difíceis como os lockdowns.

BIBLIOGRAFIA

Agrilogic (2018).

Value Chain Analysis for the Coffee Sector in Rwanda Report for the CBI.

Ahaibwe, G., Mbowe, S., & Lwanga, M. M. (2013).

Youth engagement in agriculture in Uganda: Challenges and prospects.

Arslan, C. (2020).

Essays on agricultural technology adoption, value chain development, and intra-household decision-making. PhD Thesis, Faculty of Agricultural Sciences. University of Göttingen.

Asfaw, S., Mithöfer, D., & Waibel, H. (2010).

Agri-food supply chain, private-sector standards, and farmers' health: evidence from Kenya. *Agricultural Economics*, 41(3-4), 251-263.

Bager, S. L., & Lambin, E. F. (2020)

Sustainability strategies by companies in the global coffee sector. *Business Strategy and the Environment*.

Baltussen, W., Drabik, D., Dries, L., van Galen, M., Gardebroeck, C., Ihle, R., Logatcheva, K.

& Oosterkamp, E. B. (2019).

Monitoring of Prices and Margins in EU Food Supply Chains: Existing and Alternative Approaches. Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2019, ISBN 978-92-79-98396-2, doi:10.2760/197814, JRC114719.

Bamber, P., Guinn, A., Gereffi, G., & Norbu, T. (2014).

Burundi in the coffee global value chain: Skills for private sector development.

Barrett, C. B. & Constan, M. A. (2014).

Theory of development resilience. *Proceedings of the National Academy of Sciences* Oct 2014, 111 (40) 14625-14630.

Basu, K., & Van, P. H. (1998).

The economics of child labor. *American economic review*, 412-427.

Beck, U., Singhal, S., & Tarp, F. (2019).

Commodity prices and intra-household labor allocation. *American Journal of Agricultural Economics*, 101(2), 436-454.

Behuria, P. (2020).

The domestic political economy of upgrading in global value chains: How politics shapes pathways for upgrading in Rwanda's coffee sector. *Review of International Political Economy*, 27(2), 348-376.

Béné, C., Frankenberger, T., & Nelson, S. (2015).

Design, monitoring and evaluation of resilience interventions: conceptual and empirical considerations. *IDS Working Papers*, 2015(459).

Béné, C., Wood, R. G., Newsham, A., & Davies, M. (2012).

Resilience: new utopia or new tyranny? Reflection about the potentials and limits of the concept of resilience in relation to vulnerability reduction programmes. *IDS Working Papers*, 2012(405), 1-61.

Berger, A., & Bruhn, D. (2017).

Vietnam's preferential trade agreements: implications for GVC participation and upgrading.

Berger, A., Bruhn, D., Bender, A., Friesen, J., Kick, K., Kullmann, F., Roßner, R. & Weyrauch, S. (2016).

Deep preferential trade agreements and upgrading in global value chains: the case of Vietnam (No. 92). *Studies*.

Bickenbach, F. and Bode, E. (2008).

Disproportionality Measures of Concentration, Specialization, and Localization, *International Regional Science Review*, 31(4): 259-288.

Blackman, A., & Naranjo, M. A. (2012).

Does eco-certification have environmental benefits? Organic coffee in Costa Rica. *Ecological Economics*, 83, 58-66.

Borlini, L., & Dordi, C. (2016).

Deepening international systems of subsidy control: the (different) legal regimes of subsidies in the EU bilateral preferential trade agreements. *Colum. J. Eur. L.*, 23, 551.

Bunn, C., Läderach, P., Rivera, O. O., & Kirschke, D. (2015).

A bitter cup: climate change profile of global production of Arabica and Robusta coffee. *Climatic Change*, 129(1), 89-101.

CBI (2015).

A successful exploration of the European market by Colombian coffee roasters, URL: <https://www.cbi.eu/news/successful-exploration-european-market-colombian-coffee-roasters> (accessed on November 19, 2020).

CBI (2020).

European market potential for specialty coffee, URL: <https://www.cbi.eu/market-information/coffee/specialty-coffee/market-potential> (accessed on November 19, 2020).

Chiputwa, B., Spielman, D.J., & Qaim, M. (2015).

Food standards, certification, and poverty among coffee farmers in Uganda. *World Development*, 66, 400-412.

Common Fund for Commodities, ICO, World Bank (2000).

Study of Marketing and Trading Policies and Systems in Selected Coffee Producing Countries. Country Profile Angola. CFC Technical Paper No. 3. Amsterdam, February 2000.

Constas, M., Frankenberger, T., & Hoddinott, J. (2014).

Resilience measurement principles: Toward an agenda for measurement design. Food Security Information Network, Resilience Measurement Technical Working Group, Technical Series, 1, World Food Program and Food and Agriculture Organization.

COSA (2018).

Resilience Measurement: Differences and Similarities with Sustainability, URL: <https://thecosa.org/wp-content/uploads/2018/06/Issue-Brief-Resilience-and-Sustainability-Measurement-201800628-v3.pdf> (accessed on October 14, 2020).

Croppenstedt, A., Goldstein, M., & Rosas, N. (2013).

Gender and agriculture: Inefficiencies, segregation, and low productivity traps. The World Bank.

de Janvry, A., & Sadoulet, E. (2006).

Making conditional cash transfer programs more efficient: designing for maximum effect of the conditionality. *The World Bank Economic Review*, 20(1), 1-29.

de Janvry, A., & Sadoulet, E. (2020).

Using agriculture for development: Supply-and demand-side approaches. *World Development*, 133, 105003.

Domat, G., Adler, P., Dehejia, R., Brown, D., & Robertston, R. (2013).

Do Factory Managers Know What Workers Want? (No. 10). Discussion Paper.

Donovan, J., Stoian, D., & Lundy, M. (2016).

Challenges and approaches for inclusive value-chain development: introduction. International Food Policy Research Institute (IFPRI).

Dordi, C. (2016).

How do PTAs Address “Competitive Neutrality” between State and Private Owned Enterprises?. *VNU Journal of Science: Social Sciences and Humanities*, 32(15).

Dragusanu, R., & Nunn, N. (2018).

The effects of Fair Trade certification: evidence from coffee producers in Costa Rica (No. w24260). National Bureau of Economic Research.

Duflo, E. (2003).

Grandmothers and granddaughters: old-age pensions and intra-household allocation in South Africa. *The World Bank Economic Review*, 17(1), 1-25.

EBRD (2019).

Transition Report 2019-20 Better Governance, Better Economics. London, UK. European Bank for Reconstruction and Development.

Ellison, G., Glaeser, E.L. & W. Kerr (2010).

What Causes Industry Agglomeration? Evidence from Coagglomeration Patterns, *American Economic Review*, 100: 1195-1213.

European Parliament (2018). Circular economy: definition, importance and benefit. European Parliament News 10/04/2018. Available at: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/economy/20151201STO05603/circulareconomy-definition-importance-and-benefits>

FAO (2016).

RIMA-II: Resilience Index Measurement and Analysis – II. <http://www.fao.org/3/a-i5665e.pdf>

FAO & BASIC. (2020).

Comparative study on the distribution of value in European chocolate chains. Paris, France. URL: https://lebasic.com/wp-content/uploads/2020/07/BASIC-DEVCO-FAO_Cocoa-Value-Chain-Research-report_Advance-Copy_June-2020.pdf (accessed on November 6, 2020).

FAO (2020).

The effects of global value chain (GVC) participation on the economic growth of the agricultural and food sectors, background paper for The State of Agricultural Commodity Markets (SOCO), Montalbano P., Nenci S.

Fernandes, A.M., H. L., Kee, & D. Winkler (2020).

Determinants of Global Value Chain Participation – Cross Country Evidence, Policy Research Working Paper 9197, World Bank, Washington DC, United States.

Gereffi, G., Humphrey, J., & Sturgeon, T. (2005).

The governance of global value chains. *Review of international political economy*, 12(1), 78-104.

- GHS (2019).**
Global Health Security Index database.
<https://www.ghsindex.org/>
- Global Trade Alert (2020).**
State Intervention Data for Product 0901. URL: https://www.globaltradealert.org/sector/016,239/product_0901 (accessed on August 28, 2020).
- Görllich D., Hanley, A. Liu, W.-H., and Semrau, F. O. (2020).**
Fostering the Development of the Coffee Global Value Chain, Kiel Working Paper 2170, Kiel Institute for the World Economy, Kiel, Germany.
- Grabs, J., & Ponte, S. (2019).**
The evolution of power in the global coffee value chain and production network. *Journal of Economic Geography*, 19(4), 803-828.
- Guariso, A., Ngabitsinze, C.J., & Verpoorten, M. (2011).**
The Rwandan coffee sector: out of the ordinary. *L’Afrique des grands lacs: Annuaire*, 2012, 397-426.
- Handino T.D., D’Haese, M., Demise F., Tamirat M., (2019).**
De-commoditizing Ethiopian coffees after the establishment of the Ethiopian Commodity Exchange: an empirical investigation of smallholder coffee producers in Ethiopia, *International Food and Agribusiness Management Review*.
- Hicks, A. L. (2018).**
Environmental Implications of consumer convenience: coffee as a case study. *Journal of Industrial Ecology*, 22(1), 79-91.
- Hoddinott, J., & Haddad, L. (1995).**
Does female income share influence household expenditures? Evidence from Côte d’Ivoire. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 57(1), 77-96.
- Ibanez, M., & Blackman, A. (2016).**
Is eco-certification a win-win for developing country agriculture? Organic coffee certification in Colombia. *World Development*, 82, 14-27.
- ICO (2019a).**
Coffee Development Report 2019 “Growing for Prosperity – Economic Viability as the Catalyst for a Sustainable Coffee Sector”. ICO FR-01-19e, International Coffee Organization: London, UK.
- ICO (2019b).**
Country Coffee Profile: Vietnam. ICC-124-9, International Coffee Organization: London.
- ICO (2019c).**
ICO Report: Gender equality in the coffee sector. ICC-122-11, International Coffee Organization: London, UK.
- ICO (2019d).**
Profitability of coffee farming in selected Latin American countries – interim report. ICC-124-6, International Coffee Organization: London, UK.
- ICO (2020a).**
Impact of COVID 19 on the Global Coffee Sector. The Demand Side. Coffee Break Series No. 1, April 2020, International Coffee Organization: London, UK.
- ICO (2020b).**
Volatile coffee prices: COVID-19 and market fundamentals. Coffee Break Series No. 2, May 2020, International Coffee Organization/IFPRI: London, UK.
- ICO (2020b).**
Volatile coffee prices: COVID-19 and market fundamentals. Coffee Break Series No. 2 in cooperation with IFPRI, May 2020, International Coffee Organization: London, UK.
- ICO (2020c).**
Impact of COVID-19 on the global coffee sector. Survey of ICO exporting Members. Coffee Break Series No. 3, June 2020, International Coffee Organization: London, UK.
- ICO (2020d).**
Obstacles to consumption: Tariff and non-tariff measures and their impact on the coffee sector - Interim Report. ICC-126-2, International Coffee Organization: London.
- ICO (2019e).**
Results of the survey on conversion factors for roasted, decaffeinated, liquid and soluble coffee (SC-96/19 13 September 2019.).
- ILO & UNICEF (2020).**
COVID-19 and Child Labour: A time of crisis, a time to act. ILO and UNICEF, New York, 2020.
- Inter-American Development Bank (2020).**
Factsheet Resilience Solutions for the Coffee sector in Colombia <https://publications.iadb.org/publications/english/document/Factsheet-Resilience-Solutions-for-the-Coffee-Sector-in-Colombia.pdf>
- IPCC (2007).**
Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, M.L. Parry, O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. van der Linden and C.E. Hanson, Eds.. Cambridge University Press, Cambridge, UK.
- ITC (2010).**
International Trade Centre (ITC) Climate Change and the Coffee Industry. Geneva: ITC, 2010. https://www.intracen.org/uploadedFiles/intracencorg/Content/Exporters/Sectors/Fair_trade_and_environmental_exports/Climate_change/Climate-Coffee-Ch-13-MS-ID-3-2-2010ff_1.pdf
- ITC(2011).**
The Coffee Exporter’s Guide. Third Edition. International Trade Centre, Geneva.
- Kaplinsky, R. (2016).**
Inclusive and Sustainable Growth: The SDG Value Chains Nexus. Geneva: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD).
- Kruger, D. I. (2007).**
Coffee production effects on child labor and schooling in rural Brazil. *Journal of development Economics*, 82(2), 448-463.

- Krumbiegel, K., Maertens, M., & Wollni, M. (2018).** The role of fairtrade certification for wages and job satisfaction of plantation workers. *World Development*, 102, 195-212.
- Krumbiegel, K., Maertens, M., & Wollni, M. (2020).** Can employment empower women? Female workers in the pineapple sector in Ghana. *Journal of Rural Studies*.
- Lafortune, G. (2020).** How much do we know about countries preparedness to respond to pandemics? Insights from two country-level indices. Sustainable Development Network Solutions. Available online: <https://www.unsdsn.org/how-much-do-we-know-about-countries-preparedness-to-respond-to-pandemics-insights-from-two-country-level-indices> (accessed on 27 May 2020).
- Macchiavello, R., & Miquel-Florensa, J. (2020).** Buyer-driven upgrading in gvcs: The sustainable quality program in colombia.
- Macchiavello, R., & Morjaria, A. (2018).** Fully washed coffee exports in Rwanda: Market structure and policy implications <https://www.theigc.org/project/fully-washed-coffee-exports-in-rwanda/>
- Macchiavello, R. & Morjaria, A. (2021).** Ownership Changes, Management and Efficiency: Evidence from Rwanda's Coffee Industry. mimeo LSE.
- Maertens, M., Minten, B., & Swinnen, J. (2012).** Modern food supply chains and development: Evidence from horticulture export sectors in sub-Saharan Africa. *Development Policy Review*, 30(4), 473-497.
- Martin, A., & Paz, M. A. C. (2012).** Peru Field Research: Cooperativa Industrial Naranjillo. Personal communication with P. Bamber & K. Fernandez-Stark. January, 18.
- McKenna, M. (2017).** Agribusiness in 2035: A Global Value Chains Perspective, 111-131.
- Meemken, E. M., & Qaim, M. (2018).** Can private food standards promote gender equality in the small farm sector? *Journal of Rural Studies*, 58, 39-51.
- Meemken, E. M., Spielman, D. J., & Qaim, M. (2017a).** Trading off nutrition and education? A panel data analysis of the dissimilar welfare effects of Organic and Fairtrade standards. *Food Policy*, 71, 74-85.
- Meemken, E. M., Veettil, P. C., & Qaim, M. (2017b).** Toward improving the design of sustainability standards—A gendered analysis of farmers' preferences. *World Development*, 99, 285-298.
- Minten, B., Dereje, M., Engida, E., & Kuma, T. (2019).** Coffee value chains on the move: Evidence in Ethiopia. *Food Policy*, 83, 370-383.
- Minten, B., Tamru, S., Kuma, T., & Nyarko, Y. (2014).** Structure and performance of Ethiopia's coffee export sector (Vol. 66). *Intl Food Policy Res Inst.*
- Mude, A. G. (2007).** Institutional incompatibility and deregulation: Explaining the dismal performance of Kenya's coffee cooperatives. Decentralization and the social economics of development: Lessons from Kenya, 33-63.
- Mujawamariya, G., D'Haese, M., & Speelman, S. (2013).** Exploring double side-selling in cooperatives, case study of four coffee cooperatives in Rwanda. *Food Policy*, 39, 72-83.
- MUTRAP (2011).** Assessing the Impact of Rules of Origin in Vietnam FTAs.
- MUTRAP (2014).** Sustainable Impact Assessment EU-Vietnam FTA.
- MUTRAP (2017).** Impact Assessment: EU-Vietnam FTA.
- Naegele, H. (2020).** Where does the Fair Trade money go? How much consumers pay extra for Fair Trade coffee and how this value is split along the value chain. *World Development*, 133, 105006.
- Nure, D. (2008).** Mapping quality profiles of Ethiopian coffee by origin. Eds. Adugna, G., Bellachew, B., Shimber, T., Taye, E., Kufa, 317-227.
- OECD (2018).** OECD Due Diligence Guidance for Responsible Business Conduct.
- Panhuysen, S. & Pierrot, J. (2018).** Coffee Barometer 2018.
- Pataconi, G., & Russo, F. (2017).** Rethinking Economies of Scale Towards Network Economies. *World Development (SID)*.
- Pietrzak M., Chlebicka A., Kraci P., & Malak-Rawlikowska A. (2020).** Information Asymmetry as a Barrier in Upgrading the Position of Local Producers in the Global Value Chain—Evidence from the Apple Sector in Poland, *Sustainability*.
- Potts, J., Lynch, M., Wilkings, A., Huppé, G. A., Cunningham, M., & Voora, V. A. (2014).** The state of sustainability initiatives review 2014: Standards and the green economy (pp. 14-45). Winnipeg, Manitoba, Canada: International Institute for Sustainable Development.
- Robinson, J. (2012).** Limited insurance within the household: Evidence from a field experiment in Kenya. *American Economic Journal: Applied Economics*, 4(4), 140-64.
- Rocha, N., & Winkler, D. (2019).** Trade and Female Labor Participation: Stylized Facts Using a Global Dataset. The World Bank.
- Romero Granja, C., & Wollni, M. (2019).** Opportunistic behaviour and trust: experimental results from broccoli farmers in Ecuador. *Journal of Agricultural Economics*, 70(1), 62-80.
- Ruben, R., & Fort, R. (2012).** The impact of fair trade certification for coffee farmers in Peru. *World development*, 40(3), 570-582.

- Sachs, J. D., Cordes, K. Y., Rising, J., Toledano, P., & Maennling, N. W. (2019).** Ensuring Economic Viability & Sustainability of Coffee Production, Columbia Center on Sustainable Investment.
- Saenger, C., Torero, M., & Qaim, M. (2014).** Impact of third-party contract enforcement in agricultural markets—A field experiment in Vietnam. *American Journal of Agricultural Economics*, 96(4), 1220-1238.
- Said-Allsopp, M., & Tallontire, A. (2015).** Pathways to empowerment?: dynamics of women's participation in Global Value Chains. *Journal of Cleaner Production*, 107, 114-121.
- Samper, L. F., Giovannucci, D., & Vieira, L. M. (2017).** The powerful role of intangibles in the coffee value chain (Vol. 39). WIPO.
- Sellare, J., Meemken, E. M., & Qaim, M. (2020).** Fairtrade, Agrochemical Input Use, and Effects on Human Health and the Environment. *Ecological Economics*, 176, 106718.
- Stemmers, S. (2016).** Coffee sustainability catalogue 2016: A collective review of work being done to make coffee sustainable. A Report Issued by the Global Coffee Platform, IDH Sustainable Trade Initiative, Specialty Coffee Association, and Sustainable Coffee Challenge.
- Stiglitz, J.E. (2000).** Capital Market Liberalization, Economic Growth, and Instability, *World Development*, 28(6): 1075-1086.
- Tchibo (2008).** Case Study Tchibo Privat Kaffee Rarität Machare. PCF Pilot Project Germany. Öko-Institut e.V, Berlin.
- The Economist (2019).** <https://www.economist.com/special-report/2020/09/17/a-grim-outlook> Sep 17, 2020.
- UNIDO. (2011).** Diagnostics for Industrial Value Chain Development: An Integrated Tool, Vienna, Austria: UNIDO.
- UNIDO. (2013).** Analyse de la chaîne de valeur du secteur café au Burundi. Lusaka, Zambia. Université du Burundi. (2013). *Annuaire Statistiques 2010-2011 et 2011-2012*. Bujumbura.
- Van den Broeck, G., & Maertens, M. (2017).** Does Off-Farm Wage Employment Make Women in Rural Senegal Happy?. *Feminist Economics*, 23(4), 250-275.
- Van Rikxoort, H., Jassogne, L., Läderach, P., & van Asten, P. (2013).** Integrating climate change adaptation and mitigation in east African coffee ecosystems. In *Agro-Ecological Intensification of Agricultural Systems in the African Highlands* (pp. 175-184). Routledge.
- Van Rikxoort, H., Schroth, G., Läderach, P., & Rodríguez-Sánchez, B. (2014).** Carbon footprints and carbon stocks reveal climate-friendly coffee production. *Agronomy for sustainable development*, 34(4), 887-897.
- Vanderhaegen, K., Akoyi, K. T., Dekoninck, W., Jocqué, R., Muys, B., Verbist, B., & Maertens, M. (2018).** Do private coffee standards 'walk the talk' in improving socio-economic and environmental sustainability? *Global environmental change*, 51, 1-9.
- Vicol, M., Neilson, J., Hartatri, D. F. S., & Cooper, P. (2018).** Upgrading for whom? Relationship coffee, value chain interventions and rural development in Indonesia. *World Development*, 110, 26-37.
- Wintgens, J. N. (2004).** Coffee: growing, processing, sustainable production. A guidebook for growers, processors, traders, and researchers. WILEY-VCH Verlag GmbH & Co. KGaA.
- Wollni, M., & Zeller, M. (2007).** Do farmers benefit from participating in specialty markets and cooperatives? The case of coffee marketing in Costa Rica. *Agricultural economics*, 37(2-3), 243-248.
- World Bank (2014).** The Economic Impact of the 2014 Ebola Epidemic: Short- and Medium-Term Estimates for West Africa. Washington, DC: World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/20592> (accessed on November 1, 2020).
- World Bank (2019).** World Bank Country and Lending Groups, Current Classification by Income (June 2019 Version), URL: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519-world-bank-coun-try-and-lending-groups> (accessed on April 23, 2020).
- World Bank (2020).** World Development Indicators, URL: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators> (accessed on July 6, 2020).
- World Bank. (2019).** World Development Report 2020 – Global value chains: Trading for development. Washington, DC: World Bank.
- World Trade Organization (2017).** Global Value Chains: Asymmetries, Realities and Risks, CWS Working Paper no. 36.
- World Trade Organization (2020).** WTO's Data Portal, URL: <https://data.wto.org/> (accessed on Oct. 19, 2020).